

ESTUDOS ELEITORAIS EM ÁFRICA

DESAFIOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E CONCEPTUAIS

Zefanias A. Matsimbe

INTRODUÇÃO

Até princípios da década de 1990, a área de estudos eleitorais era praticamente desconhecida em África, dada a inexistência de democracia em grande parte dos países do continente. Experiências democráticas, consubstanciadas em processos eleitorais e multipartidários, começam a florir com o fim da Guerra Fria, com uma transição política de larga escala que ficou conhecida como “terceira onda de democratização” (Huntington, 1991), que abrangeu quase toda a África Subsariana. Muitos países desta região estão na fase de consolidação democrática, tendo realizado apenas quatro ou cinco eleições democráticas e multipartidárias, numa periodicidade de quatro ou cinco anos de intervalo entre os pleitos eleitorais.

A área de estudos eleitorais é bastante vasta; pode incluir a análise do quadro legal que determina os critérios de elegibilidade dos eleitores e dos candidatos para votarem e serem eleitos e as estratégias de campanha eleitoral dos partidos, só para mencionar alguns.

Será que já podemos falar de estudos eleitorais em África, dada a fase embrionária das suas democracias? Se sim, em que estágio é que se encontram, quando comparado com estudos realizados em democracias mais avançadas? A resposta é que sim, já há esforços a nível do continente, por eruditos africanos, e não só, mas ainda são limitados, dado o estágio em que se encontram as próprias democracias. As limitações estão também associadas aos desafios teóricos, conceptuais e metodológicos para a sua operacionalização.

A pesquisa no continente tem ainda o seu enfoque na compreensão do fenómeno da transição de um regime de partido único para o multipartidarismo; na análise de funcionamento das instituições democráticas emergentes, como, por exemplo, os partidos políticos, órgãos de gestão eleitoral, órgãos eleitos, etc. Existe também grande interesse na avaliação qualitativa dos processos eleitorais, dos quais surgiram duas conclusões divergentes, uma que afirma que a democracia no continente tende a consolidar-se nos moldes das democracias liberais mais consolidadas da Europa Ocidental e da América do Norte, e uma outra, bastante reservada, a defender que África apresenta sistemas híbridos que não são nem totalmente autoritários, nem

completamente democráticos. Independentemente desta aparente contradição, as eleições multipartidárias e periódicas já são uma realidade, e, inclusive, servem para legitimar regimes autoritários.

Este artigo versa sobre os estudos eleitorais que têm como enfoque a análise do eleitorado e o processo de construção de escolha eleitoral do partido político concorrente ou candidato, o comportamento eleitoral. O argumento para esta escolha é que as eleições só ganham relevância como mecanismos de fortalecimento da democracia quando encaradas do ponto de vista da racionalidade do eleitorado nas suas escolhas eleitorais. Além de as eleições serem a pedra angular nas democracias liberais modernas, em democracias emergentes africanas constituem a principal, senão mesmo a única, forma de participação política dos cidadãos (Goerres, 2007; Lindberg & Morrison, 2008), daí que se afigure importante compreender as motivações individuais dos eleitores.

No tocante à pesquisa eleitoral, o nosso argumento é que ela não é imune às mudanças político-económicas e sociais. Mais adiante mostraremos como o avanço teórico, conceptual e metodológico desta área de saber foi larga e positivamente influenciado pelo progresso tecnológico que se registou ao longo dos tempos; obviamente, os estudos eleitorais também podem sofrer dos efeitos negativos e perversos que ocorrem numa sociedade. Na verdade, as actuais crises políticas, sociais e económicas que têm abalado o mundo influenciam negativamente esta área de saber; por exemplo, as crises aumentaram os custos para a realização de estudos eleitorais, devido, principalmente, ao aumento dos custos para a aquisição de instrumentos de pesquisa sofisticados usados para a recolha e análise de dados numa larga amostra populacional e territorial, próprios da exigência metodológica deste tipo de estudos. Estas limitações são agudizadas pelo contexto de pobreza de infra-estruturas e material que a grande parte das democracias emergentes enfrenta. Também é indiscutível que sem investigação contínua e permanente não há possibilidades de progresso teórico, conceptual, nem metodológico.

Este texto analisa os desafios de âmbito teórico, conceptual e metodológico agudizados por questões de natureza política, como, por exemplo, o endurecimento das condições políticas em algumas democracias, os desafios de natureza económica e fraco financiamento das pesquisas, e desafios sociais como o impacto das condições sociais das sociedades africanas na sua sofisticação política e conseqüente vontade de participação na pesquisa eleitoral como informantes; quando possível, em alguns desafios o texto procura mostrar também os avançados registados.

DESAFIOS TEÓRICOS DE ESTUDOS ELEITORAIS EM ÁFRICA

A área de estudos eleitorais, mais particularmente de comportamento eleitoral, é uma das mais antigas e mais avançadas da ciência política, e a que mais desenvolvimento teórico-conceitual e metodológico registou no século xx, no âmbito da pesquisa social empírica, nas democracias mais consolidadas da Europa Ocidental e América. O progresso tecnológico registado depois da II Guerra Mundial, e mais concretamente a introdução de computador e de métodos e técnicas estatísticas, influenciou positivamente o desenvolvimento de análises do processo de tomada de decisão na escolha eleitoral em democracias.

A literatura específica que as decisões eleitorais dos cidadãos seguem dois tipos de racionalidade: a *avaliativa* (escolha eleitoral baseada na avaliação de desempenho vivido ou potencial do candidato ou partido concorrente) e a *não-avaliativa* (escolha baseada em afinidades e identidades, principalmente com o partido concorrente) (Lindberg & Morrison, 2008). Estes dois grandes pólos deram origem a três correntes teóricas clássicas que procuram explicar a formação de ideias e preferências que conduzem o cidadão a uma decisão eleitoral, designadamente a Teoria Sociológica, a Teoria Psicossociológica (Identidade Partidária) e a Teoria de Escolha Racional. O quadro teórico em torno das duas racionalidades foi-se expandindo ao longo do tempo, mas para o propósito deste artigo centrar-nos-emos nestes três modelos teóricos.

A Teoria Sociológica tem como pressuposto básico que o voto é determinado pelas estruturas sociais; isto é, o eleitor escolhe o partido político ou candidato que mais se identifica com o seu grupo social (Andersen & Heath, 2000; Andersen & Heath, 2003; Evans, 2004; Pereira, 2008; Achen, 2002; Brooks *et al.*, 2006; Andersen & Yaish, 2003). Este é o modelo que explica porque é que alguns eleitores se identificam com um mesmo partido por um longo período da vida, independentemente do seu desempenho, e enquanto partilharem a mesma identidade social.

Da Teoria Sociológica surgiu uma subteoria, a de Clivagens Sociais, que tem como precursores Lipset & Rokkan (1967). Esta subteoria acrescenta que a identidade social influencia a escolha eleitoral dos indivíduos mas também a formação de partidos políticos; isto é, os partidos procurarão incorporar a estrutura de clivagens ou identidades sociais existentes numa determinada sociedade (Andersen & Heath, 2000; Evans, 2004; Andersen & Heath, 2003; Zielinski, 2002; Basedau *et al.*, 2011). No contexto europeu, onde a subteoria é originária e teve muita influência, Lipset & Rokkan (1967) identificaram quatro tipos de clivagens que guiavam a formação de partidos políticos da época, nomeadamente o *centro* vs. *periferia*, *Igreja* vs. *Estado*, *terra* vs. *indústria* (rural vs. urbano) e *capital* vs. *proletariado* (Lipset & Rokkan, 1967; Colomer & Puglisi, 2005; Norris & Mattes, 2003; Erdmann, 2007b; Evans, 2004; Himmelstrand, 1969; Zielinski, 2002).

A Teoria Psicossociológica, iniciada por Campbell e pelos seus colegas da Universidade de Michigan, a partir de uma pesquisa empírica que deu origem a uma publicação bastante

famosa, *The American Voter* (Campbell *et al.*, 1960), tem como principal pressuposto que o voto é largamente moldado pela lealdade partidária do indivíduo (Harrop & Miller, 1987; Dalton, 2007). A pesquisa de Campbell e dos seus colegas deu origem ao conceito de Identificação Partidária, definido como uma lealdade ou um apego psicológico duradouro que o eleitor desenvolve em favor de um determinado partido político (Campbell *et al.*, 1960; Weinschenk, 2010; Bartle & Griffiths, 2002; Greene, 2002; Thomassen & Rosema, 2009; Marthaler, 2008). Esta forte e prolongada identificação partidária é transmitida de geração em geração no seio familiar através de um processo de socialização, e vai-se fortalecendo com a idade (Campbell *et al.*, 1960; Chandler, 1998; Pereira, 2008; Andersen & Heath, 2000; Achen, 2002; Schoeman & Puttergill, 2007; Weinschenk, 2010). Portanto, o voto de um eleitor torna-se uma expressão de identidade com o partido. Este modelo explica porque é que alguns eleitores votam no mesmo partido de eleição em eleição, independentemente das circunstâncias (Erdmann, 2007b).

Por último, a Teoria de Escolha Racional, que tem como seu precursor Downs (1957), explica a razão de escolha eleitoral baseada em pressupostos económicos. Para esta teoria, a decisão de votar num determinado partido político ou candidato será influenciada pela avaliação que o eleitor fizer dos custos e benefícios que esperar, resultantes da sua escolha (Lewis-Beck & Nadeau, 2011; Andersen & Heath, 2000; Lindberg & Morrison, 2008; Pereira, 2008). O voto é resultado de uma pura racionalidade. Este modelo teórico foi mais tarde adaptado por Fiorina (1981) ao recuperar o conceito de Identificação Partidária. Fiorina (1981) defende que, mesmo nas condições de cálculo económico, o voto continua a ser uma expressão de identidade partidária; a diferença é que desta vez a identidade não é afectiva, mas resulta, sim, de um cálculo racional que o eleitor faz. Como resultado deste cálculo, o eleitor usará o seu voto para premiar o partido que mostrar melhor desempenho governamental; mas se ele não estiver satisfeito com o seu desempenho, puni-lo-á atribuindo o seu voto a outro. Este modelo explica porque é que alguns eleitores mudam sistematicamente de preferência partidária.

Apesar de baseadas em diferentes pressupostos, as três teorias estão intelectualmente ligadas na sua explicação do voto; aliás, umas são originadas a partir de outras em forma de complementaridade (Evans, 2004; Andersen & Heath, 2000).

Com estas teorias disponíveis para a explicação do voto, por que razão a África continua a registar limitações no avanço dos estudos eleitorais? A resposta está no facto de que, estando estes modelos teóricos desenvolvidos em contexto de democracias europeias e americanas, dificilmente encontram enquadramento na explicação da racionalidade do voto em muitas das democracias africanas, dadas as diferenças nas condições políticas, económicas e mesmo sociais. A África ainda não desenvolveu teorias próprias adequadas ao contexto das suas democracias e aos contextos políticos, económicos e sociais. Este é o primeiro desafio teórico. Sem um quadro teórico próprio, estudiosos de comportamento eleitoral em África recorrem a empréstimos de modelos teóricos das democracias consolidadas para a interpretação do

fenómeno de escolha eleitoral em África (Keulder, 2000), mas nem sempre são felizes. O recurso a modelos teóricos europeus tem sido recorrente noutras áreas de saber; por exemplo, Erdmann & Basedau (2007) explicam que o estudo de partidos políticos e sistemas partidários africanos também se tem baseado em modelos teóricos europeus, o que resulta na sua errónea categorização generalizada como “partidos de massas”, ao estilo europeu [ver também Basedau, Erdmann & Mehler (2007)].

Estudiosos que queiram usar a Teoria de Identificação Partidária na explicação do voto em África também se deparam com o desafio de quase inexistência de fenómeno ou conceito de Identificação Partidária, nos moldes em que foi achado e definido por Campbell e a sua equipa, dado o carácter recente dos próprios partidos políticos e a sua fraca institucionalização (Pereira, 2008). Por exemplo, estudos conduzidos por Mattes (1995) e mais tarde por Schoeman & Puttergill (2007) na África do Sul concluíram que a forte identificação partidária com o partido histórico e libertador, o African National Congress (ANC), era mais uma identificação situacional que só podia ser compreendida quando analisada em conjunto com outros factores socioeconómicos, bem como com as questões de identidade de raça. Portanto, torna-se difícil falar de uma identificação partidária pura numa situação em que os partidos políticos existentes carecem ainda de uma sólida institucionalização.

Num outro estudo, relativamente mais recente, Bratton *et al.* (2012) acharam que a identificação partidária era mais estratégica do que psicológica, uma vez que as pessoas se identificavam com o partido em troca de benefícios ou para evitar sanções. Foi a mesma lógica encontrada no estudo de Matsimbe (2017) em Maxixe, em que os inquiridos insistentemente afirmavam serem membros da Frelimo porque identificarem-se com uma outra formação partidária era praticamente um suicídio político e económico. Portanto, a inexistência de conceito central da Teoria Psicossociológica, o de Identificação Partidária, impõe uma considerável barreira na sua utilização para estudar o comportamento eleitoral em África.

No continente africano há também registo de tentativas de empréstimo de elementos da Teoria de Escolha Racional para explicar o voto com base na economia. O Gana, talvez pela sua história de êxito democrático e alternância de poder, tem sido o país com mais estudos sobre voto económico. A principal conclusão destes estudos é que a avaliação do desempenho do Governo na economia é determinante na escolha do eleitorado (Youde, 2005; Fridy, 2007; Lindberg & Morrison, 2008; Lindberg & Morrison, 2005); eleitores no Gana tendem a acarinhar o partido governamental que mostre um bom desempenho económico, mas retiram-no do poder logo que comece a mostrar fracassos. Noutro estudo, analisando a influência das condições económicas na Zâmbia, Posner & Simon (2002) observaram que o apoio ao Presidente em exercício havia diminuído com o declínio e o endurecimento das condições de vida dos cidadãos; contudo, um aspecto que constituiu um desafio para a aplicação da teoria económica na interpretação do comportamento eleitoral dos zambianos, válido também

para o continente, é a descoberta de que os eleitores insatisfeitos com o Governo, em vez de o punir atribuindo o seu voto à oposição, preferiram abster-se das urnas. Schoeman & Puttergill (2007) chegaram à mesma conclusão na África do Sul, em que os eleitores que mostraram insatisfação com o desempenho do ANC, principalmente na prestação de serviços, preferiram puni-lo abstendo-se do que atribuir o seu voto à oposição. Estes estudos levam-nos à conclusão de que os postulados de Fiorina (1981) sobre o voto económico não podem ser aplicados directamente nas democracias africanas sem que se faça sua adaptação.

Bratton *et al.* (2012) são os únicos que fizeram uma referência clara ao facto de as condições económicas desempenharem um papel preponderante na determinação das escolhas eleitorais e defendem que o papel da economia na determinação da votação em África é ainda maior do que nas democracias mais consolidadas. É uma conclusão que encaramos com alguma reserva. Examinemos de perto a Teoria de Clivagens Sociais de Lipset & Rokkan (1967), em termos de sua aplicabilidade na explicação do voto em África. Esta tem sido a teoria mais testada em África por se acreditar que usa variáveis que estão presentes em muitas democracias africanas; contudo, o primeiro desafio que os investigadores encaram na sua aplicação é que as clivagens sociais tradicionais referidas por esta teoria como sendo as que influenciam grandemente a escolha eleitoral e sistemas partidários, nomeadamente o centro *vs.* periferia, Igreja *vs.* Estado, terra *vs.* indústria (rural *vs.* urbano) e capital *vs.* proletariado, não são suficientemente desenvolvidas em democracias africanas, o que as torna politicamente pouco relevantes e incapazes de influenciar as escolhas eleitorais e muito menos a formação de partidos políticos. Num esforço frenético, investigadores africanos têm-se empenhado na adaptação desta teoria para a sua empregabilidade em África com a consideração ou integração de etnicidade como uma das clivagens (semelhante à de centro *vs.* periferia) para explicar o comportamento eleitoral e formação de partidos políticos [veja, por exemplo, Erdmann (2007b)]. De facto, é notório que estudos eleitorais em África tendem a incluir etnicidade, a pertença a um determinado grupo tribal, o clientelismo, as relações interpessoais, as clivagens regionais, rurais ou urbanas, como variáveis mais comuns para a explicação do voto em África (Horowitz, 1985; Keulder, 2000; Lindberg & Morrison, 2008; Erdmann, 2004; Pereira, 2008; Basedau *et al.*, 2011; Fridy, 2007; Basedau & Stroh, 2009). Estudos conduzidos em Moçambique, por exemplo, mostram que o factor regional (urbano *vs.* rural) é uma importante clivagem no alinhamento do eleitorado (Brito, 1996; Shenga, 2008; Pereira *et al.*, 2002; Pereira, 2007).

Mas a consideração da etnicidade como a principal clivagem social em África coloca dois desafios teóricos. O primeiro é que o enfoque na etnia como variável monolítica para a explicação das decisões eleitorais dos africanos (Keulder, 2000) praticamente elimina a possibilidade de análise de outras variáveis que eventualmente poderão ter alguma influência na explicação do voto, como é o caso da classe, do género, da idade, do estatuto social, do emprego e da orientação ideológica (Lindberg & Morrison, 2008). O segundo desafio prende-se com a fraca

institucionalização dos partidos políticos e sistemas partidários, o que torna quase impossível afirmar com certeza que a etnicidade influencia a formação partidária. É preciso recordar também que a ideia de construção de partido-Estado que caracterizou muitos países a seguir à independência, incluindo Moçambique, não permitiu a polarização e a politização da etnia (Basedau *et al.*, 2011).

A conclusão de que a etnicidade é uma clivagem social bastante válida para a explicação do voto tem sido bastante contestada. Lindberg & Morrison (2008), por exemplo, são de opinião de que a ideia largamente assumida de que etnia é um factor importante na explicação do alinhamento dos eleitores em África está despida de evidência empírica, um problema causado por questões metodológicas, como demonstraremos na secção que se segue.

Um outro desafio importante na pesquisa empírica tem sido a tendência para decalcar estudos realizados em democracias europeias que se baseiam apenas numa única teoria de análise. O uso de modelos teóricos combinados serviria para captar a complexidade do fenómeno, porque questões sobre como os eleitores decidem votar ou não num determinado candidato ou partido político, ou simplesmente não participar em pleitos eleitorais, são complexas e não podem ser explicadas por um modelo teórico isolado (Erdmann, 2007b).

DESAFIOS METODOLÓGICOS E CONCEPTUAIS

Como já referimos na secção anterior, a área de estudos eleitorais foi uma das que registaram um progresso metodológico bastante assinalável no século passado, graças à sofisticação tecnológica e ao avanço da estatística, o que permitiu rapidez na agregação, categorização, cruzamento e regressão de dados. É surpreendente a complexidade de modelos estatísticos usados em democracias mais avançadas no seu estudo do comportamento eleitoral. O que dizer de África sobre este progresso técnico-metodológico?

Olhando para os poucos estudos eleitorais já disponíveis no continente, fica claro que ainda se baseiam em métodos mais básicos como entrevistas individuais ou em grupo e inquéritos por questionário presencial. Contudo, apesar da sua simplicidade, o uso destas técnicas de recolha de dados não é imune a desafios. Por exemplo, estudos que recorrem ao inquérito por questionário reportam, não raras vezes, incoerência dos respondentes. A falta de cultura de participação e respostas a inquéritos pode ser uma das causas, associada à deficiente formação dos inquiridores. Uma outra causa do problema é o contexto político em que os inquéritos decorrem, em que muitas vezes os inquiridos tendem a responder usando uma linguagem politicamente correcta para não sofrerem exclusão dos benefícios e também para evitar sanções pelo partido governante. Ademais, dado o ainda limitado domínio da tecnologia e das técnicas de estatísticas, a análise de resultados de inquéritos muitas vezes não passa de uma simples análise de frequências, moda e mediana.

Sendo estudos baseados em teorias emprestadas de outros contextos, a pesquisa eleitoral em África também enferma de problemas conceptuais. Já mostrámos, por exemplo, que conceitos como identificação partidária e os tipos de clivagens que são usados para estudar comportamento eleitoral noutras democracias são de difícil interpretação e aplicabilidade no continente. Apesar de ser largamente usado em estudos eleitorais no continente, o próprio conceito de etnia tem sofrido de uma fluidez que o torna de difícil definição (Erdmann, 2007b). Retomemos o debate sobre a presumível influência da etnicidade na explicação do voto em África, desta vez com um enfoque nas questões metodológicas. Como ressalta, resultados inconclusivos e contraditórios sobre se o voto africano é ou não uma expressão da identidade étnica podem estar associados a problemas metodológicos e conceptuais, problemas que só poderão ser ultrapassados com o refinamento da pesquisa e a sofisticação das ferramentas analíticas. Explicitamente, Erdmann (2007b) e outros autores afirmam que o conhecimento que se torna quase convencional do determinismo de etnicidade é uma falácia ecológica, uma vez que estudos que chegam a este tipo de conclusão usam dados agregados ou resultados eleitorais nacionais (Basedau *et al.*, 2011; Basedau & Stroh, 2012: 5; Lindberg & Morrison, 2008). Tratemos de algumas evidências destes problemas metodológicos. Dois estudos conduzidos no mesmo país (Gana) e no mesmo ano (2007) produziram resultados contraditórios; Lindberg & Morrison (2008), baseados em entrevistas individuais, chegaram à conclusão de que a etnicidade desempenhava um papel diminuto na predisposição dos eleitores para o voto. Porém, Fridy (2007) conduziu um estudo baseado em análise regressiva de dados agregados e entrevistas com grupos focais que o levaram a uma conclusão contraditória. Fridy (2007) concluiu que o papel da etnicidade nas escolhas eleitorais não era tão diminuto como os outros diziam; a etnicidade era muito relevante, mas não era o único factor determinante. Certamente que o tamanho do N poderá ter influenciado estes resultados contraditórios, uma vez que utilizaram coberturas regionais diferentes em termos de tamanho geográfico. Ainda no mesmo ano, um outro estudo conduzido por Erdmann (2007a) na Zâmbia concluía que a etnia exerce grande influência não só no alinhamento eleitoral como na formação e filiação partidária dos cidadãos. Surpreendente!

Existem quatro aspectos metodológicos que levam a estas conclusões. O primeiro tem que ver com o uso de dados agregados de resultados eleitorais nacionais para se fazer inferências sobre o comportamento individual dos eleitores, quando na verdade não se sabe ao certo quem votou em quem. Esta situação leva a que as vitórias eleitorais repetitivas alcançadas por um partido ou candidato numa determinada região, ou círculo eleitoral, que é maioritariamente habitada por um determinado grupo étnico sejam automaticamente interpretadas como indício de predominância de voto étnico. Comentários sobre a presença de voto étnico em Moçambique têm sido ouvidos, pelo simples facto de a Frelimo obter sempre resultados favoráveis na região sul do País, região maioritariamente habitada por um grupo linguístico,

e a Renamo ter maior aceitação eleitoral no centro do País, região habitada por um outro grupo linguístico diferente.

O segundo aspecto metodológico é que estudos que optam por uma abordagem mais qualitativa (entrevistas individuais ou em grupo e observação participativa) tendem a interpretar erradamente as estratégias partidárias de nomeação de um candidato partidário com elevada probabilidade de ganhar a simpatia popular num círculo eleitoral que seja maioritariamente habitado por eleitores do seu grupo étnico como sendo um sinal inequívoco de presença de etnicidade. A fraqueza dos estudos qualitativos também reside no facto de se basearem em opiniões, as quais podem ser influenciadas pelo contexto. Por exemplo, o estudo de Erdmann (2007a), baseado em grupos focais na Zâmbia, mostra que, embora quase todos os seus respondentes tenham admitido que a votação na Zâmbia é largamente influenciada pela pertença tribal, os respondentes urbanos se recusaram a admitir ou a identificar-se como tribalistas; eles atribuíam o carácter tribal aos cidadãos das zonas rurais. Esta é também uma barreira significativa ligada à questão do sentido conotativo a alguns conceitos. Os urbanos não queriam ser conotados como etnicistas.

Um terceiro aspecto metodológico está ligado ao facto de alguns investigadores olharem para a composição de um governo em termos de representação de grupos étnicos; e em caso de notarem que parte considerável dos seus membros provém de um determinado grupo étnico, precipitadamente concluem a relevância da etnia no país.

Estudos baseados em dados agregados também pecam por ignorar dinâmicas locais ou factores regionais, os quais podem influenciar grandemente a estratégia de voto dos eleitores. Por outro lado, estudos que confiam largamente em análise socio-histórica têm a desvantagem de ignorar o papel do indivíduo na escolha eleitoral, o que é inconcebível, uma vez que o voto é individual, e não colectivo.

Por último, o continente tem mostrado poucos esforços de cooperação interinstitucional entre centros de pesquisa e de produção de conhecimento de modo a unir esforços para minimizar os desafios ora identificados. Mais ainda, o facto de estudos eleitorais se terem concentrado em democracias de expressão inglesa limita as possibilidades de estabelecimento de comparação entre países africanos de outras línguas. Alguns avanços incluem tentativas de estudos comparativos, como fez Bratton *et al.* (2012) usando dados do Afrobarómetro. De facto, o Afrobarómetro tem sido um dos mais salientes projectos de impacto continental, sendo que em cada país onde conduz o inquérito procura associar-se a algumas instituições locais de pesquisa e usa investigadores locais. Mais ainda, o Afrobarómetro tem a vantagem de colocar os dados agregados dos inquéritos disponíveis para interpretação pelos interessados.

DESAFIOS DO FINANCIAMENTO DE ESTUDOS ELEITORAIS

Se o progresso tecnológico pode ser visto como oportunidade, ao mesmo tempo pode também constituir um desafio para o crescimento da pesquisa. No caso da área de estudos eleitorais, vimos que a introdução do computador veio estimular o progresso científico, mas o acesso ao computador e o domínio de técnicas estatísticas representam um custo que muitas vezes não está ao alcance dos investigadores africanos.

Segundo, a administração de um inquérito por questionário envolve um elevado custo financeiro, dada a exigência de um N maior, o que implica uma grande logística humana, financeira e material, o que constituindo um desafio enorme nas democracias africanas, que operam num ambiente pobre em infra-estruturas.

O debate sobre a relevância ou não da etnicidade na determinação do voto seria bem esclarecido através de um inquérito por painel, pois este permitiria captar e mapear as oscilações ou persistências das escolhas individuais ao longo do tempo (Erdmann, 2007b). No entanto, esta técnica tem-se revelado bastante onerosa. É um dos desafios.

A maioria dos Estados africanos vive necessidades económicas extremas. As crises económicas que vêm abalando estes países têm estado a agudizar a situação de escassez financeira e material; isto leva a que os governos reduzam os fundos de pesquisa para os sectores considerados prioritários para a satisfação das necessidades primárias de alimentação e cuidados de saúde dos seus cidadãos. Como resultado, as instituições de pesquisa social ficam com capacidade limitada e reféns da boa vontade de doadores, alguns destes impondo as suas próprias agendas.

CONCLUSÃO

Este artigo mostra que os estudos eleitorais em África ainda estão na fase embrionária, tal como está a própria democracia multipartidária. Argumenta ainda que os estudos eleitorais enfrentam desafios de natureza teórica, uma vez que o continente ainda não desenvolveu teorias próprias baseadas no contexto de funcionamento das suas democracias, o que leva a que os investigadores de comportamento eleitoral em África fiquem com opções limitadas à adaptação de modelos teóricos emprestados das democracias consolidadas. O problema aqui é que raramente estes logram sucessos na explicação da racionalidade do voto, dadas as diferenças nas condições políticas, económicas e sociais em que estas teorias são aplicadas. Sendo estudos baseados em teorias emprestadas de outros contextos, a pesquisa eleitoral em África também enferma de problemas conceptuais.

O artigo argumenta ainda que o progresso metodológico e tecnológico registado nas democracias mais avançadas ainda não beneficia os investigadores africanos, os quais ainda conduzem os seus estudos com base em métodos mais qualitativos ou técnicas pouco

sofisticadas, como o uso de estatísticas que não vão muito além do cálculo das frequências simples, moda e mediana.

Um outro factor que tem impacto no progresso de estudos eleitorais no continente são as limitações financeiras. As crises económicas que têm abalado o mundo têm agudizado a situação de escassez financeira, o que leva a que os estudos sociais não sejam considerados prioridade.

REFERÊNCIAS

- Achen, C.H. (2002). Parental socialisation and rational party identification. *Political Behavior*, 24(2), 151-170.
- Andersen, R. & Heath, A. (2000). Social cleavages, attitudes and voting patterns: a comparison of Canada and Great Britain. *Working Paper*, 81. Edimburgo: Centre for Research into Elections and Social Trends.
- Andersen, R. & Heath, A. (2003). Social identities and political cleavages: the role of political context. (Statistics in society). *Journal of the Royal Statistical Society: Series A*, 166(3), 301-327.
- Andersen, R. & Yaish, M. (2003). Social cleavages, electoral reform and party choice: Israel's "natural" experiment. *Electoral Studies*, 22(3), 399-423.
- Bartle, J. & Griffiths, D. (2002). Social-psychological, economic and marketing models of voting behaviour compared. In *The Idea of Political Marketing*, 19-37.
- Basedau, M. *et al.* (2011). Ethnicity and party preference in sub-Saharan Africa. *Democratization*, 18(2), 462-489.
- Basedau, M. *et al.* (2007). Introduction: research on electoral systems, parties and party systems in Africa. In M. Basedau, G. Erdmann, & A. Mehler (eds.), *Votes, Money and Violence: Political Parties and Elections in Sub-Saharan Africa*. Kwazulu-Natal: Nordiska Afrikainstitutet Press.
- Basedau, M. & Stroh, A. (2009). Ethnicity and party systems in francophone sub-Saharan Africa. *Working Paper*, 100. GIGA Research Programme.
- Basedau, M. & Stroh, A. (2012). How ethnic are African parties really? Evidence from four Francophone countries. *International Political Science Review*, 33(1), 5-24.
- Bratton, M. *et al.* (2012). Voting intentions in Africa: ethnic economic or partisan? *Commonwealth & Comparative Politics*, 50(1), 27-52.
- Brito, L. de (1996). Voting behaviour in Mozambique's first multiparty elections. In Brazão Mazula (ed.), *Mozambique: Elections, Democracy and Development*, 455-481. Maputo: Elo Gráfica.
- Brooks, C. *et al.* (2006). Cleavage-based voting behavior in cross-national perspective: evidence from six postwar democracies. *Social Science Research*, 35(1), 88-128.
- Campbell, A. *et al.* (1960). *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Chandler, M. (1998). Models of voting behavior in survey research. *Synthese*, 76(1), 25-48.
- Colomer, J. & Puglisi, R. (2005). Cleavages, issues and parties: a critical overview of the literature. *European Political Science*, 4(4), 502-520.
- Dalton, R.J. (2007). Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate. *Electoral Studies*, 26(2), 274-286.

- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *The Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Erdmann, G. (2004). Party research: Western European bias and the “African labyrinth”. *Democratization*, 11(3), 63-87.
- Erdmann, G. (2007a). Ethnicity, voter alignment and political party affiliation-an African case: Zambia. *Working Paper*, 45. GIGA.
- Erdmann, G. (2007b). The cleavage model, ethnicity and voter alignment in Africa: Conceptual and methodological problems revisited. *Working Paper*, 63. GIGA.
- Erdmann, G. & Basedau, M. (2007). Problems of categorizing and explaining party systems in Africa. *Working Paper*, 40. GIGA.
- Evans, J.A. (2004). *Voters and Voting: an introduction*. Londres: SAGE Publications.
- Fiorina, M.P. (1981). *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press.
- Fridy, K.S. (2007). The elephant, umbrella, and quarrelling cocks: disaggregating partisanship in Ghana’s fourth republic. *African Affairs*, 106(423), 281-305.
- Friedman, S. (1999). Who we are: voter participation, rationality and the 1999 election. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, 26(2), 213-223.
- Goerres, A. (2007). Why are older people more likely to vote? The impact of ageing on electoral turnout in Europe. *The British Journal of Politics & International Relations*, 9(1), 90-121.
- Greene, S. (2002). The social-psychological measurement of partisanship. *Political Behavior*, 24(3), 171-197.
- Harrop, M. & Miller, W.L. (1987). *Elections and Voters: a comparative introduction*. Nova Iorque: New Amsterdam Books.
- Himmelstrand, U. (1969). Book Review: *Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives*. *Acta Sociológica*, 12(4), 234-237.
- Horowitz, D.L. (1985). *Ethnic Groups in Conflict*. Califórnia: University of California Press.
- Huntington, S. (1991). *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Keulder, C. (2000). Voting behaviour in Namibia. In C. Keulder (ed.), *State, Society and Democracy: A Reader in Namibian Politics*. Windhoek: Namibian Institute for Democracy (NID).
- Lewis-Beck, M.S. & Nadeau, R. (2011). Economic voting theory: Testing new dimensions. *Electoral Studies*, 30(2), 288-294.
- Lindberg, S.I. & Morrison, M.K. (2008). Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. *Political Science Quarterly*, 123(1), 95-122.
- Lindberg, S.I. & Morrison, M.K. (2005). Exploring voter alignments in Africa: core and swing voters in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, 43(4), 565-586.

- Lipset, M. & Rokkan, S. (1967). Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In M. Lipset & S. Rokkan (eds.), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-national perspectives*. Nova Iorque: Free Press.
- Marthaler, S. (2008). The paradox of the politically-sophisticated partisan: The French case. *West European Politics*, 31(5), 937-959.
- Mattes, R. B. (1995). *The election book: Judgement and choice in South Africa's 1994 election*. IDASA, Public Information Centre.
- Matsimbe, Z.A. (2017). *Voting Behaviour in Mozambique: a case study of Maxixe District*. Doctoral Dissertation. Pretória: University of Pretoria.
- Norris, P. & Mattes, R.B. (2003). *Does Ethnicity Determine Support for the Governing Party?* Institute for Democracy in South Africa (IDASA).
- Pereira, J.C. (2007). Onde é que os eleitores moçambicanos adquirem as suas informações políticas? In *Conferência Inaugural do IESE*. Maputo.
- Pereira, J.C. (2008). *Partisan identification in Africa: an exploratory study in Mozambique*. Doctoral Dissertation. Cape Town, University of Cape Town.
- Pereira, J.C. et al. (2002). *Mozambicans' Views of Democracy and Political Reform: a comparative perspective*. Institute for Democracy in South Africa (IDASA).
- Posner, D.N. & Simon, D.J. (2002). Economic conditions and incumbent support in Africa's New democracies. Evidence from Zambia. *Comparative Political Studies*, 35(3), 313-336.
- Schoeman, M. & Puttergill, C. (2007). Voting behaviour in the SA local government elections of 2006 with specific reference to the youth. *Journal of African Elections*, 6(1), 152-173.
- Shenga, C. (2008). The influence of ethnicity on electoral processes in Mozambique. In *Opening Societies Through Advocacy*. Open Society Initiative for Southern Africa.
- Thomassen, J. & Rosema, M. (2009). Party identification revisited. In J. Bartle & P. Belluci (eds.), *Political Parties and Partisanship: social identity and individual attitudes*, 42-95. Londres: Routledge
- Weinschenk, A.C. (2010). Revisiting the political theory of party identification. *Political Behavior*, 32(4), 473-494.
- Youde, J. (2005). Economics and government popularity in Ghana. *Electoral Studies*, 24(1), 1-16.
- Zielinski, J. (2002). Translating social cleavages into party systems: the significance of new democracies. *World Politics*, 54(2), 184-211.